



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

1 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA 2 MULHER – CMDM LAGES

3 Ata nº 186

4 Aos 12 dia do mês de junho de 2026, das 14h às 16h, realizou-se reunião do Conselho,
5 com a presença das seguintes participantes: Secretaria Municipal de Indústria comércio
6 e Inovação, Priscila de Moura Stein; Secretária Municipal do Meio Ambiente, Ana
7 Carolina Demeneck; Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulher e para
8 Pessoa Idosa, Suzana Duarte e Marina Liz Pereira, Secretaria Municipal da Saúde,
9 Dayane Cristina Bordin; Clube Soroptimista de Lages, Marli Coscodai Souza;
10 Cooperativa Terras Altas, Josilaine Antunes Pereira; Fundação Instituto Nereu Ramos,
11 Vera Lucia Vargas; Lar menino Deus, Karen Voltolini Machado; UNIPLAC –
12 Universidade do Planalto Catarinense, Mareli Eliane Graupe; Fórum de Mulheres do
13 Mercosul (FMM), Erli Aparecida Camargo, Denise Paes Pereira. Ouvinte: Prefeita
14 Carmen Zanotto; Neavit Rochelle de Medeiros da Costa. A Presidente Vera Lucia
15 Vargas deu boas-vindas às presentes, realizou a abertura da reunião e confirmou a
16 aprovação do quórum. Informou que a presença da Prefeita Carmen Zanotto seria
17 importante para realizar um alinhamento sobre as principais pautas que seriam
18 apresentadas pelo Conselho. Foi destacado que uma das principais demandas é a
19 necessidade de ampliação de orçamento para as políticas públicas voltadas às
20 mulheres, garantindo recursos para que as ações possam ser colocadas em prática,
21 especialmente aquelas relacionadas à Secretaria da Mulher, aos grupos reflexivos e aos
22 acompanhamentos das pessoas em situação de rua. Sobre a população em situação
23 de rua, foi mencionado que existe um esboço de Decreto, apresentado em reunião
24 anterior, que institui um comitê para atuar nas políticas relacionadas ao atendimento
25 dessa população. Ressaltou-se que o tema é complexo e que, embora alguns serviços
26 já sejam realizados, ainda não existe uma estrutura formalizada de discussão e
27 acompanhamento. A Presidente destacou a necessidade de criação e funcionamento
28 efetivo desse comitê, possibilitando que as políticas de atendimento sejam discutidas
29 de forma integrada, envolvendo as áreas responsáveis. Também ressaltou que os
30 serviços de média e alta complexidade previstos pela legislação precisam estar
31 organizados e que a política para pessoas em situação de rua ainda necessita de maior
32 estruturação. A conselheira Josilaine Antunes Pereira destacou que a violência contra
33 a mulher está relacionada a questões culturais e comportamentais, sendo necessário
34 envolver todas as políticas públicas, e não apenas a Secretaria da Mulher. Ressaltou a
35 importância da integração entre as áreas da saúde, educação, assistência social,
36 habitação e demais setores, para que o atendimento seja realmente efetivo. Destacou
37 ainda que o Estatuto da Mulher prevê diversas ações que precisam ser implementadas
38 e que o compromisso da gestão municipal deve ser fortalecer essa articulação entre as
39 secretarias. Também foi discutida a importância da qualidade do atendimento prestado
40 pelos equipamentos públicos. Foi relatada a preocupação com situações em que
41 usuários dos serviços públicos não recebem atendimento adequado, reforçando que os
42 profissionais que atuam diretamente com a população precisam estar preparados para
43 acolher, orientar e encaminhar corretamente as demandas. Foi mencionado que a
44 gestão municipal não consegue acompanhar individualmente todos os atendimentos
45 realizados, mas deve cobrar das secretarias e equipes um atendimento humanizado,
46 respeitoso e qualificado. A conselheira destacou que situações de falta de acolhimento
47 podem ocorrer em diferentes áreas, como saúde e assistência social, reforçando a
48 necessidade de que os profissionais compreendam a importância do papel que
49 desempenham no atendimento à população. Erli Aparecida Camargo acrescentou a
50 preocupação relacionada ao funcionamento da DPCAMI 24 horas. Destacou a
51 necessidade de garantir atendimento contínuo às mulheres vítimas de violência,
52 considerando que muitas situações acabam não recebendo o encaminhamento
53 adequado. Relatou que existem casos em que mulheres procuram atendimento e

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

54 acabam sendo direcionadas a outros locais, causando ainda mais sofrimento e prejuízos
55 psicológicos.

56 Foi reforçado que, entre as pautas a serem apresentadas à Prefeita, estavam:

- 57 • fortalecimento do orçamento para políticas públicas das mulheres;
- 58 • efetivação dos grupos reflexivos;
- 59 • criação e organização do comitê de atendimento à população em situação de
60 rua;
- 61 • integração das políticas públicas municipais;
- 62 • melhoria dos atendimentos nos serviços públicos;
- 63 • funcionamento da DPCAMI 24 horas;
- 64 • orçamento.

65 Marli Coscodai Souza destacou a importância da integração entre todas as secretarias,
66 independentemente da área de atuação, reforçando a necessidade de formação
67 continuada dos profissionais. Ressaltou que é inadmissível a realização de
68 atendimentos inadequados por servidores públicos, sendo essencial que a população
69 seja tratada com respeito e acolhimento. Suzana Duarte reforçou que a capacitação
70 deve ser contínua, destacando que um atendimento humanizado faz diferença na vida
71 das pessoas e que, mesmo quando não é possível solucionar uma demanda de
72 imediato, a forma como a resposta é prestada demonstra respeito e cuidado. Erli
73 Aparecida Camargo manifestou preocupação com relatos de assédio e outras condutas
74 inadequadas em alguns equipamentos públicos, envolvendo pessoas em cargos
75 comissionados. Informou que o Conselho da Mulher recebeu relatos de
76 constrangimentos, desrespeito e da desvalorização de servidores efetivos com
77 experiência e conhecimento técnico, ressaltando que essas situações impactam
78 diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. Também foi discutida uma
79 situação ocorrida durante a Festa do Pinhão envolvendo a Economia Solidária.
80 Conforme relatado, um secretário municipal teria se manifestado de forma considerada
81 inadequada em relação às participantes, dando a entender que a participação delas no
82 evento seria um favor da administração pública. Foi ressaltado que a Economia Solidária
83 é uma política pública garantida por legislação e que a disponibilização de espaços para
84 comercialização e divulgação de produtos constitui um direito e um incentivo ao
85 desenvolvimento econômico e social. Suzana Duarte informou que não tinha
86 conhecimento integral dos fatos, mas que a situação seria levada para discussão com
87 a Prefeita. Relatou, ainda, que esteve presente junto às participantes durante o evento,
88 buscando atender às demandas apresentadas, especialmente as relacionadas à
89 melhoria da estrutura dos espaços utilizados.

90 Vera Lucia Vargas questionou se havia mais alguma colocação antes da chegada da
91 Prefeita e iniciou a apresentação dos ofícios recebidos e expedidos pelo Conselho. Foi
92 apresentado o Ofício nº 028/2026, recebido do COMID, referente à reunião sobre o
93 diagnóstico socioterritorial Municipal. Também foi apresentado o Ofício nº 026/2026,
94 encaminhado à empresa Transul, referente à divulgação e aplicação da legislação
95 relacionada ao atendimento às mulheres. Foi informado que a direção da empresa, por
96 meio do senhor Kuster, comunicou que a legislação já está sendo aplicada e que a
97 equipe passou por capacitação, garantindo o atendimento das mulheres em pontos mais
98 próximos de suas residências. Suzana Duarte sugeriu ampliar a divulgação dessa
99 informação por redes sociais e outros meios de comunicação, considerando que muitas
100 pessoas ainda desconhecem esse direito. Também foi discutida a utilização de alguns
101 pontos de atendimento por pessoas em situação de rua, sendo informado por Vera que
102 há registros de pessoas que não desejam retornar às suas residências, demonstrando
103 a complexidade da situação. Em relação ao Ofício nº 027/2026, encaminhado à Prefeita

6



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

sobre a Realeza Mirim, registrou-se que a carta elaborada pelo Conselho não foi anexada ao ofício, ficando deliberado que será anexada à presente ata para fins de registro. Marli ressaltou a necessidade de preservar os direitos das crianças, especialmente quanto à exposição de imagens e participação em eventos, considerando situações em que algumas demonstram desconforto ao serem fotografadas. Suzana informou que o tema ainda será discutido e analisado pela Secretaria. Por fim, Vera retomou a questão das atas do Conselho, lembrando o compromisso de publicação dos documentos. Informou que algumas atas do ano anterior já foram disponibilizadas no site da Prefeitura e que as demais serão organizadas posteriormente. Na sequência, a Prefeita Carmen Zanotto chegou à reunião. **A Presidente Vera deu as boas-vindas à Prefeita** e apresentou o Conselho, composto por representantes da sociedade civil, órgãos governamentais e convidadas. Suzana, como Vice-Presidente, passou a apresentar as **principais pautas levantadas pelo grupo**: necessidade de garantia de orçamento para as políticas públicas voltadas às mulheres; efetivação dos grupos reflexivos destinados ao enfrentamento da violência; acompanhamento e organização das políticas para pessoas em situação de rua; necessidade de atualização e formalização do comitê responsável pela temática; integração entre as políticas públicas municipais; melhoria dos atendimentos realizados pelos serviços públicos; capacitação dos profissionais; funcionamento efetivo da DPCAMI 24 horas. Foi reforçado que o atendimento às mulheres precisa ser realizado de forma humanizada, especialmente nos serviços públicos como unidades de saúde e demais equipamentos municipais. Suzana Duarte destacou também a importância de trabalhar o Estatuto da Mulher, buscando fortalecer sua aplicação junto ao poder público e transformar em ações concretas os direitos previstos na legislação. Foi relatado ao Conselho que também foram discutidas situações envolvendo assédio dentro dos equipamentos públicos, especialmente relacionadas à Secretaria de Assistência Social, envolvendo servidores efetivos e contratados. Foi reforçada a preocupação com o despreparo de alguns profissionais e com a forma de comunicação utilizada no atendimento à população, destacando que atitudes ríspidas ou inadequadas podem prejudicar principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade. Também foi retomada a situação envolvendo a Economia Solidária durante a Festa do Pinhão, na qual participantes relataram terem se sentido desrespeitadas por uma manifestação feita pelo secretário Joel, que teria afirmado que a presença da Economia Solidária no evento seria um favor realizado pela Prefeitura. Foi reforçado que a Economia Solidária é uma política pública e que o incentivo à participação dessas mulheres deve ser compreendido como direito, não como concessão.

Em relação à Realeza Mirim, foi informado que a conselheira Jô realizou a leitura da carta elaborada pelo Conselho diretamente à Prefeita, entregando-lhe o documento pessoalmente. O tema será discutido na reunião geral de avaliação da Festa, quando serão analisados os encaminhamentos referentes às próximas edições. Ficou definido que o documento seria entregue posteriormente e anexado aos registros da reunião. A conselheira Josilaine agradeceu a presença da Prefeita Carmen Zanotto e destacou o compromisso da gestão municipal com as políticas voltadas às mulheres. Relatou que, durante a Festa do Pinhão, percebeu-se a importância da presença feminina na organização e nos cuidados dos espaços, reforçando a relevância da participação das mulheres nos diferentes setores. Destacou novamente a necessidade de garantir orçamento para as políticas públicas, afirmando que sem recursos não é possível executar ações efetivas. Também reforçou a importância da retomada dos grupos reflexivos, lembrando que essa ação já está prevista em legislação e que o trabalho precisa envolver não apenas as mulheres vítimas de violência, mas também os homens autores de violência. Josilaine ressaltou que o enfrentamento da violência exige um trabalho conjunto entre todas as secretarias municipais, envolvendo saúde, educação, assistência social, habitação e demais áreas. Sobre a população em situação de rua, destacou que as mulheres nessa condição possuem maior vulnerabilidade, pois muitas

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

158 enfrentam violência, abusos e diferentes formas de violação de direitos. A Prefeita
159 Carmen Zanotto iniciou sua fala agradecendo a participação do Conselho e destacou
160 que Lages possui uma estrutura diferenciada por contar com uma Secretaria de Políticas
161 para Mulheres e Pessoa Idosa. Relatou que a criação da Secretaria da Mulher teve
162 origem em debates realizados anteriormente, inclusive durante sua participação na
163 Comissão Parlamentar de Inquérito sobre violência contra a mulher. A Prefeita destacou
164 que reconhece a importância da pauta, mas explicou que a administração municipal
165 enfrenta desafios financeiros decorrentes de dívidas e compromissos assumidos
166 anteriormente. Informou que é necessário administrar o orçamento municipal com
167 responsabilidade, priorizando ações e garantindo a continuidade dos serviços. Destacou
168 que a Secretaria da Mulher avançou em diversas ações e que a política não deve se
169 limitar apenas ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, mas também atuar na
170 prevenção, formação e conscientização. Sobre a população em situação de rua, afirmou
171 que essa é uma questão complexa e que precisa envolver diferentes áreas, como
172 assistência social e saúde. Reforçou que os representantes das secretarias e conselhos
173 precisam levar as discussões realizadas nos espaços coletivos para dentro de suas
174 instituições, fortalecendo a integração entre os setores. Comentou que não é possível
175 resolver problemas sem conhecer as situações concretas e destacou a importância de
176 denúncias e informações para que providências possam ser tomadas. Falou sobre
177 casos envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade e ressaltou que o Município
178 precisa compreender cada realidade individual antes de definir os encaminhamentos.
179 Explicou que existem situações envolvendo dependência química, transtornos de saúde
180 mental e rompimento de vínculos familiares, tornando o atendimento mais complexo.
181 Relatou que o Município tem buscado ampliar os serviços de acolhimento e fortalecer a
182 articulação com a rede de saúde, ressaltando que esse trabalho precisa ocorrer de
183 forma integrada, pois não existe solução para a população em situação de rua sem a
184 participação conjunta da assistência social, da saúde e das demais políticas públicas.
185 Prosseguiu destacando que a política para pessoas em situação de rua precisa ser
186 construída com base em diagnóstico e no conhecimento da realidade de cada pessoa
187 atendida. Ressaltou que é necessário compreender o histórico, as condições de saúde,
188 os vínculos familiares e as necessidades individuais, pois cada situação possui
189 características próprias. Informou que, embora o Município tenha buscado ampliar os
190 serviços de acolhimento e atendimento, ainda existem muitos desafios, principalmente
191 relacionados à integração entre as políticas públicas. Comentou que muitas pessoas em
192 situação de rua apresentam problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas,
193 transtornos de saúde mental ou rompimento de vínculos familiares, sendo necessário
194 um acompanhamento contínuo. Destacou que não basta apenas oferecer um local para
195 permanência, sendo necessário construir alternativas de reinserção social,
196 fortalecimento de vínculos e retomada da autonomia. Mencionou experiências
197 anteriores do Município relacionadas ao acolhimento e acompanhamento de pessoas
198 em situação de vulnerabilidade, destacando que alguns resultados positivos foram
199 alcançados quando houve o envolvimento da família e da rede de atendimento.
200 Ressaltou a importância da atuação conjunta com entidades e organizações sociais,
201 citando a necessidade de compreender quais serviços cada instituição oferece para
202 evitar ações repetidas e garantir que as pessoas sejam efetivamente atendidas. Sobre
203 as mulheres em situação de rua, afirmou que é necessário um olhar específico,
204 considerando que muitas possuem histórico de violência e vulnerabilidades
205 diferenciadas. Destacou que é fundamental construir um diagnóstico mais preciso
206 dessas mulheres para que os encaminhamentos sejam adequados. Erli Aparecida
207 Camargo retomou a discussão sobre o Plano Municipal relacionado às pessoas em
208 situação de rua. Relatou que, conforme informações apresentadas anteriormente pela
209 Secretaria do Meio Ambiente, algumas secretarias ainda não haviam encaminhado suas
210 contribuições para composição do plano. Destacou a importância da participação de
211 todas as áreas envolvidas, inclusive relacionadas ao planejamento urbano e
212 organização da cidade. A Prefeita explicou que o Plano pode avançar mesmo com

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

213 pendências, desde que sejam registradas as questões que ainda precisam ser
214 complementadas. Ressaltou a importância de haver um documento orientador para que
215 o Município disponha de um parâmetro para sua atuação. Erli destacou também a
216 preocupação com discursos de exclusão e higienização social, reforçando que a
217 população em situação de rua deve ser atendida por meio de políticas públicas, e não
218 simplesmente retirada dos espaços públicos. Também foi discutida a necessidade de
219 criar alternativas de inclusão, como atividades culturais, oficinas, capacitações e
220 espaços que possibilitem a convivência, o desenvolvimento de habilidades e a inclusão
221 social. A Prefeita comentou que, em alguns serviços de acolhimento, também existem
222 desafios relacionados à autonomia dos usuários, citando situações em que algumas
223 pessoas apresentam dificuldade para realizar atividades básicas do cotidiano.

224 Ressaltou a importância de preparar essas pessoas para retomarem suas vidas com
225 mais independência, incluindo a organização da rotina, os cuidados pessoais e o
226 desenvolvimento do senso de responsabilidade. Também foi abordada a questão do
227 funcionamento da DPCAMI 24 horas. Denise Paes Pereira destacou que essa é uma
228 demanda constante apresentada pelo Conselho, considerando a necessidade de
229 garantir atendimento integral às mulheres vítimas de violência. Relatou situações em
230 que mulheres buscaram atendimento e receberam orientações inadequadas,
231 evidenciando a necessidade de maior preparo por parte de alguns profissionais. Citou
232 um caso em que uma mulher solicitou medida protetiva e recebeu informação incorreta
233 sobre a validade da medida em outro Estado. Denise reforçou a importância de
234 capacitações e articulações para garantir um atendimento qualificado. Solicitou o apoio
235 da Prefeita para fortalecer a discussão junto aos órgãos responsáveis, incluindo
236 autoridades estaduais, com o objetivo de viabilizar o funcionamento da DPCAMI 24
237 horas. A Prefeita reconheceu a importância da pauta e destacou que a qualificação dos
238 profissionais e o cuidado com aqueles que atendem a população são fundamentais.
239 Ressaltou a importância da formação continuada dos profissionais que atuam nos
240 serviços públicos, reforçando que o atendimento realizado na ponta precisa ser
241 constantemente aprimorado. Comentou que existem situações envolvendo servidores e
242 equipes que precisam ser acompanhadas, garantindo cuidado tanto para quem recebe
243 o atendimento quanto para quem presta o serviço. Suzana Duarte explicou que os
244 grupos reflexivos já possuem legislação que prevê sua realização, porém ainda é
245 necessário organizar a forma de pagamento e a estruturação dos profissionais
246 envolvidos. Informou que foi realizado estudo junto à Procuradoria Geral do Município
247 (PROGEM) para buscar uma alternativa legal, considerando que muitos dos
248 profissionais capacitados já são servidores municipais e não poderiam receber
249 novamente pelo mesmo vínculo. Relatou que uma das possibilidades avaliadas seria a
250 contratação por meio de um mecanismo específico, porém a questão ainda precisa ser
251 analisada. A prefeita questionou a possibilidade de utilização de contratação via
252 GETON, destacando que é necessário avaliar os impactos e os precedentes que
253 poderiam ser criados para outras políticas públicas. Foi debatido que muitos
254 profissionais que participaram da capacitação dos grupos reflexivos são servidores
255 efetivos do Município, mas que a realização dessa atividade representa uma carga
256 adicional de trabalho. Foi ressaltado que o grupo reflexivo exige uma equipe mínima de
257 profissionais capacitados, com participação de diferentes áreas. Denise informou que o
258 Conselho da Comunidade realizará uma formação ampliada de facilitadores e
259 mediadores de grupos de violência, contemplando municípios da região da AMURES.
260 Explicou que serão disponibilizadas vagas para profissionais dos municípios, com
261 formação realizada em parceria com o Instituto Coescência, incluindo módulos
262 presenciais e on-line. Foi reforçada a importância dessa formação para criação de uma
263 rede regional de profissionais preparados para atuar nos grupos reflexivos. A prefeita
264 destacou que existem recursos destinados a algumas políticas públicas e que é
265 importante organizar os mecanismos adequados para utilização desses valores. Foi
266 discutida a possibilidade de fortalecimento das entidades da sociedade civil para

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

267 execução de determinadas ações, evitando criar estruturas que possam gerar
268 dificuldades futuras. A prefeita ressaltou que os conselhos possuem papel fundamental
269 na participação social, mas que é necessário analisar com cuidado formas de
270 remuneração ou contratação vinculadas aos conselhos. Erli destacou que a
271 Procuradoria estava realizando estudos sobre a melhor forma jurídica para viabilizar o
272 funcionamento dos grupos reflexivos. A Prefeita reforçou a importância de buscar uma
273 solução que seja justa para os profissionais envolvidos, mas que também considere a
274 organização administrativa do Município. Josilaine destacou novamente a importância
275 da formação continuada de todos os profissionais que atuam diretamente com a
276 população. Relatou que, na área da educação, é necessário fortalecer constantemente
277 as discussões relacionadas às políticas de prevenção da violência e proteção de
278 crianças e adolescentes. Comentou que muitas vezes gestores e profissionais têm
279 receio de abordar determinadas temáticas, mas que essas discussões precisam fazer
280 parte da rotina das instituições. Erli relatou preocupação com situações de assédio
281 envolvendo servidores efetivos, destacando que muitas pessoas têm dificuldade em
282 denunciar por medo de consequências. A Prefeita explicou que existem canais oficiais
283 de denúncia, como a Ouvidoria Municipal e a Ouvidoria da Saúde, e destacou que esses
284 instrumentos devem ser utilizados para que os casos possam ser devidamente
285 investigados. Ressaltou a necessidade de melhorar a comunicação entre as secretarias
286 e fortalecer o trabalho intersetorial. Relatou um caso ocorrido na área da Educação
287 envolvendo a investigação de possível violência contra crianças. Informou que, diante
288 da situação, buscou orientação jurídica antes de realizar afastamentos imediatos, com
289 o objetivo de garantir que a investigação pudesse ocorrer de forma adequada. Relatou
290 que o caso envolveu uma profissional que teria realizado registros inadequados durante
291 os cuidados com crianças e que a investigação ficou sob responsabilidade das
292 autoridades competentes. A Prefeita destacou a importância de discutir medidas
293 preventivas, incluindo a possibilidade de ampliação de sistemas de monitoramento em
294 espaços de atendimento infantil, considerando a necessidade de proteção das crianças.
295 Ressaltou que situações de violência podem ocorrer em diferentes ambientes e que a
296 prevenção e a fiscalização são fundamentais. A Prefeita Carmen Zanotto reforçou que
297 a formação permanente dos profissionais é essencial para prevenir situações de
298 violência e aprimorar a qualidade dos atendimentos. Erli destacou que essa discussão
299 está relacionada ao fortalecimento das sensibilizações e capacitações contínuas,
300 conforme já apontado anteriormente pelas conselheiras. A Prefeita ressaltou a
301 importância de os representantes dos conselhos levarem as discussões realizadas nas
302 reuniões para as instituições que representam, considerando que cada conselheiro
303 possui o papel de multiplicar informações e contribuir para a construção das políticas
304 públicas. Explicou que a participação nos conselhos não deve ser apenas uma
305 representação formal, mas uma oportunidade de diálogo, cobrança e construção
306 coletiva. Marina Liz Pereira destacou que as formações continuadas são fundamentais
307 dentro das secretarias e informou que esse trabalho já vem sendo realizado,
308 especialmente na área da Educação. Relatou que determinadas pautas precisam ser
309 retomadas diversas vezes até que sejam compreendidas por todos os profissionais,
310 reforçando que a mudança cultural ocorre por meio da educação e da sensibilização
311 permanente. Foi comentada a atuação do projeto Protetores do Lar, desenvolvido com
312 crianças e adolescentes, destacando a importância de trabalhar desde cedo temas
313 relacionados à prevenção da violência. A Prefeita mencionou a importância das ações
314 realizadas em parceria com a rede de proteção. Em relação ao comitê relacionado à
315 população em situação de rua, Erli explicou que a proposta é realizar a atualização do
316 decreto para reorganizar a comissão responsável pela discussão. A Prefeita informou
317 que avaliaria a questão, considerando também a organização dos conselhos municipais
318 e a necessidade de estabelecer uma rotina que possibilite maior participação
319 institucional. Foi discutida a necessidade de definir melhor a composição e o
320 funcionamento do comitê, considerando que um grupo muito amplo pode dificultar a
321 tomada de decisões. Erli informou que, anteriormente, o comitê possuía uma

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL N° 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR N° 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

322 composição extensa e que seria necessário adequar sua estrutura para que realmente
323 funcionasse como um espaço de articulação. Também foi retomada a questão do Plano
324 Municipal, sendo informado que as áreas relacionadas à segurança e ao planejamento
325 urbano ainda precisavam complementar informações. A Prefeita explicou que a parte
326 relacionada ao planejamento urbano envolve estudos técnicos e que esses documentos
327 deverão ser incorporados ao processo conforme forem concluídos. Foi debatida a
328 questão da infraestrutura urbana e das chamadas construções hostis, considerando o
329 impacto dessas medidas sobre a população em situação de vulnerabilidade. Também
330 foi mencionada a situação da Concha Acústica, sendo relatado que o local apresenta
331 problemas estruturais em razão de intervenções realizadas anteriormente. A Prefeita
332 informou que já solicitou estudos de engenharia para avaliar a possibilidade de
333 recuperação ou reforma do espaço. Destacou a importância cultural do local e o desejo
334 de preservar sua identidade, caso seja possível tecnicamente. Denise reforçou o convite
335 para que a Prefeita continue participando das discussões do Conselho, destacando que
336 os temas tratados possuem impacto direto na comunidade. Também foi lembrado o
337 Estatuto da Mulher e a necessidade de fortalecer sua implementação por meio de ações
338 do Poder Executivo. A Prefeita comentou que reconhece o papel fiscalizador do
339 Conselho e destacou que muitas ações só avançam quando há diálogo, cobrança e
340 participação da sociedade. Foi relatada uma experiência positiva envolvendo uma
341 empresa de confecção formada majoritariamente por mulheres, que inicialmente
342 enfrentava dificuldades para contratar trabalhadoras da comunidade. Por meio da
343 articulação com a Secretaria da Mulher, foram realizadas ações de capacitação e
344 encaminhamento de mulheres para oportunidades de trabalho. Foi destacado que oito
345 mulheres conseguiram inserção no mercado de trabalho após o processo de
346 qualificação. Erli reforçou que o Conselho também possui a função de receber
347 informações do Executivo e compartilhar essas ações com suas instituições e redes de
348 atuação. A Prefeita destacou a importância da comunicação entre governo e sociedade
349 civil, ressaltando que o Conselho não deve atuar apenas como órgão de cobrança, mas
350 também como parceiro na construção das políticas públicas. Também foi discutida a
351 questão dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. A Prefeita destacou
352 a necessidade de repensar o tempo de permanência das crianças em acolhimento
353 institucional, considerando os impactos emocionais e sociais da institucionalização. Foi
354 ressaltada a importância do fortalecimento das famílias acolhedoras, pois esse modelo
355 permite maior convivência familiar e criação de vínculos. A Prefeita comentou que,
356 muitas vezes, os processos seletivos para cuidadores precisam ser aprimorados,
357 garantindo que as pessoas tenham preparo adequado para exercer essa função. A
358 Prefeita Carmen Zanotto continuou destacando que o acolhimento institucional de
359 crianças e adolescentes apresenta muitos desafios e que é necessário buscar
360 alternativas que priorizem o desenvolvimento saudável e a criação de vínculos afetivos.
361 Ressaltou que, muitas vezes, uma família acolhedora acompanhada e preparada pode
362 proporcionar melhores condições para a criança do que a permanência prolongada em
363 uma instituição. Foi discutido que, nas instituições de acolhimento, mesmo com
364 profissionais capacitados, existe a troca constante de cuidadores e plantões, o que pode
365 dificultar a criação de vínculos individuais. Também foi abordada a necessidade de
366 qualificação dos profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes,
367 garantindo preparo para lidar com situações de vulnerabilidade. Foi apresentado um
368 relato relacionado a uma mãe com transtorno mental e seus filhos, sendo discutidos os
369 desafios enfrentados pela rede de proteção no acompanhamento desses casos. Foi
370 informado que a situação envolvia uma mãe em sofrimento psíquico, com dificuldades
371 para exercer os cuidados necessários, e que as crianças haviam sido encaminhadas
372 para acolhimento institucional. Foi ressaltada a complexidade das decisões envolvendo
373 o retorno familiar, pois é necessário avaliar a segurança e o bem-estar das crianças.
374 Também foi debatida a importância do acompanhamento adequado das mulheres em
375 situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que apresentam
376 comprometimentos relacionados à saúde mental. A Prefeita destacou que o Município

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

377 precisa trabalhar com responsabilidade, garantindo que os direitos das mulheres sejam
378 respeitados, mas também considerando a proteção das crianças. Foi mencionada a
379 importância do planejamento familiar e do acesso adequado às políticas de saúde,
380 especialmente em situações em que mulheres possuem dificuldades de compreensão
381 ou tomada de decisão. Reforçou-se que essas situações precisam ser analisadas
382 individualmente, com apoio técnico e acompanhamento das equipes responsáveis.
383 Josilaine agradeceu novamente a presença da Prefeita e destacou uma reflexão sobre
384 a importância das ações coletivas, citando que pequenas iniciativas realizadas por
385 diferentes pessoas podem gerar grandes mudanças sociais. Suzana agradeceu o apoio
386 da Prefeita e destacou algumas ações desenvolvidas pela Secretaria de Políticas
387 Públicas para Mulheres. Relatou uma experiência positiva envolvendo uma mulher trans
388 que participou de um curso de capacitação e, posteriormente, conseguiu inserção no
389 mercado de trabalho. Destacou a importância de oportunidades de qualificação e
390 inclusão, ressaltando que essas ações contribuem para fortalecer a autoestima, a
391 autonomia e o reconhecimento das pessoas. A Presidente Vera Lucia Vargas retomou
392 a pauta sobre o fortalecimento da participação da sociedade civil nas políticas públicas
393 municipais. Suzana informou que o Conselho precisa continuar ampliando sua atuação,
394 fortalecendo a articulação entre instituições, serviços públicos e comunidade. Destacou
395 que a Secretaria da Mulher realiza diversas ações, não apenas relacionadas ao
396 acolhimento de mulheres vítimas de violência, mas também envolvendo capacitação,
397 orientação e preparação para o mercado de trabalho. Foi solicitada a possibilidade de
398 apoio para a realização de oficinas de capacitação para mulheres, especialmente na
399 área de costura, considerando que muitas demonstram interesse em aprender
400 atividades que possam gerar renda. Suzana explicou que existem ações realizadas em
401 parceria com empresas, porém, muitas vezes, as empresas buscam qualificações
402 específicas, sendo necessário oferecer formações iniciais para preparar as
403 participantes. Também foram apresentadas informações sobre a demanda da Casa de
404 Apoio às mulheres vítimas de violência. Suzana relatou que a procura pelo serviço tem
405 aumentado e que, em determinados períodos, a capacidade de atendimento chegou
406 próximo ao limite. Informou que a Casa de Apoio atende não somente mulheres de
407 Lages, mas também mulheres de municípios da região da AMURES. Mencionou que
408 existe a busca por recursos estaduais para ampliar o atendimento, considerando o
409 aumento da demanda. Suzana explicou que, apesar das dificuldades financeiras, o
410 Município continua realizando acolhimento, acompanhamento e encaminhamento das
411 mulheres que necessitam do serviço. Foi informado que estão sendo organizadas as
412 ações do Agosto Lilás, com participação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
413 Foram apresentados dois momentos previstos:

414 • uma roda de conversa no Mercado Público, envolvendo profissionais da rede de
415 atendimento e debate sobre violência contra a mulher;

416 • um seminário na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), previsto para o dia
417 19 de agosto, com participação de representantes do Ministério Público, Judiciário,
418 órgãos de enfrentamento à violência contra a mulher e especialistas na área. Foram
419 sugeridos nomes de palestrantes e participantes para os eventos, incluindo profissionais
420 ligados ao enfrentamento da violência, feminicídio e atendimento às vítimas. Foi
421 reforçada a importância de o Conselho participar ativamente das ações, não apenas
422 como apoio, mas também promovendo atividades próprias durante o mês. Formação
423 continuada, prevenção e atuação em rede. Foi reforçada a importância da formação
424 continuada dos profissionais que atuam diretamente no atendimento à população,
425 especialmente nas áreas de educação, assistência social, saúde e demais políticas
426 públicas. Foi destacado que situações de violência, negligência, preconceito ou
427 atendimento inadequado muitas vezes estão relacionadas à falta de preparo, sendo
428 necessário fortalecer processos permanentes de capacitação, sensibilização e diálogo.
429 A representante da educação relatou a necessidade de trabalhar continuamente essas

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

430 temáticas dentro das escolas, destacando que a formação precisa ser repetida diversas
431 vezes para que os profissionais compreendam a importância do acolhimento, da escuta
432 e da forma adequada de comunicação com famílias, crianças e adolescentes. Foi
433 ressaltado que a educação tem papel fundamental na prevenção da violência, sendo a
434 escola um espaço estratégico para identificação de situações de vulnerabilidade.
435 Também foi mencionado o trabalho desenvolvido por projetos educativos, como:

- 436 • Teatro de Bonecas, realizado nas escolas, com abordagem preventiva sobre
437 violência e proteção;
- 438 • Protetores do Lar, projeto voltado à conscientização de crianças e adolescentes
439 sobre violência, respeito e relações saudáveis.

440 Foi relatado que os projetos tiveram retorno positivo, com participação ativa dos
441 estudantes, inclusive com manifestações espontâneas de situações vivenciadas por
442 eles. A Secretaria da Mulher informou que os projetos tiveram grande impacto e que
443 houve relatos de situações identificadas após as atividades realizadas nas escolas. Foi
444 destacado que as crianças possuem capacidade de compreender e relatar situações de
445 violência vivenciadas no ambiente familiar, reforçando a importância da presença
446 desses projetos nas escolas. Foi informado que o projeto Teatro de Bonecas recebeu
447 novamente investimento por meio de emenda parlamentar, possibilitando sua ampliação
448 para escolas estaduais. Também foi relatado que existe o desejo de continuidade dos
449 projetos no próximo ano, buscando alcançar todas as unidades escolares. As
450 experiências nas escolas demonstraram:

- 451 • alta participação dos alunos;
- 452 • interesse em dinâmicas e dramatizações;
- 453 • maior abertura dos meninos para participação e questionamentos.

454 A avaliação apresentada foi de que a transformação cultural ocorre principalmente pela
455 educação, sendo necessário ampliar e manter essas ações.

456 Nesse contexto, foi informado que já foi realizada formação com os servidores das 26
457 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), voltada ao fortalecimento do atendimento
458 humanizado, à identificação de situações de violência e ao correto encaminhamento das
459 mulheres atendidas pela rede municipal de saúde. A capacitação teve como objetivo
460 qualificar continuamente os profissionais para o acolhimento e atendimento às mulheres
461 em situação de violência, fortalecendo a atuação da rede municipal de proteção.

462

463 **Atendimento às mulheres vítimas de violência e ampliação da rede**

464 A Secretaria informou que a Casa de Apoio às mulheres vítimas de violência tem
465 atendido uma demanda crescente, inclusive de Municípios da região da Associação dos
466 Municípios da Região Serrana (AMURES).

467 Foi relatado que a unidade vem recebendo mulheres e crianças de outros Municípios,
468 havendo necessidade de ampliação da estrutura e fortalecimento do financiamento.

469 Foi mencionado que houve busca por recursos junto ao Governo Estadual por meio de
470 editais destinados a organizações que realizam acolhimento, porém que o Município
471 continua atendendo mesmo sem receber esse recurso específico.

2



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

472 Foi reforçado que o atendimento não se limita ao acolhimento emergencial, envolvendo
473 também:

- 474 • capacitação;
- 475 • encaminhamento profissional;
- 476 • fortalecimento da autonomia;
- 477 • acompanhamento psicossocial.

478 **Economia solidária, trabalho e autonomia das mulheres**

479 Foi ressaltada a importância da inserção das mulheres em atividades de geração de
480 renda e qualificação profissional. Foi citado como exemplo o trabalho realizado com uma
481 empresa de confecção composta por mulheres, onde houve mobilização para
482 capacitação de trabalhadoras da comunidade, resultando na inserção de mulheres no
483 mercado de trabalho. Também foi destacada a necessidade de fortalecer iniciativas de
484 economia solidária, artesanato e capacitação básica para mulheres em situação de
485 vulnerabilidade. Foi apresentada a ideia de criar espaços de convivência e aprendizado
486 que ultrapassem o modelo tradicional de acolhimento, proporcionando:

- 487 • oficinas;
- 488 • atividades culturais;
- 489 • formação;
- 490 • troca de experiências;
- 491 • construção de autonomia.

492 **Reflexão sobre a infância, responsabilidade e contexto familiar** Foi discutida a
493 possibilidade de ruptura ou reorganização do contexto familiar em situações específicas,
494 quando necessária para garantir a proteção da criança.

495 Um dos relatos apresentados, uma criança de 12 anos verbalizou sentir-se responsável
496 pelos acontecimentos vivenciados, assumindo uma responsabilidade que não
497 corresponde à sua fase de desenvolvimento.

498 Foi destacado que crianças nessa faixa etária possuem capacidade de compreender
499 aspectos das situações que vivenciam, não devendo ser desconsiderada sua percepção
500 sobre o contexto em que estão inseridas. Ressaltou-se que a questão central não está
501 na criança, mas nas condições familiares e sociais às quais ela está exposta, as quais
502 podem impactar seu desenvolvimento emocional. **Destaca-se a importância do**
503 **trabalho em rede, pois a educação sozinha não resolve situações de**
504 **vulnerabilidade.** Debate sobre a laqueadura, direitos e vulnerabilidade. Foi discutido
505 que o processo de laqueadura envolve questões complexas relacionadas aos direitos
506 individuais, à autonomia das mulheres e às condições de vulnerabilidade. Durante o
507 debate, foi mencionado que o Ministério Público considera o procedimento invasivo e
508 que sua realização exige análise cuidadosa, não devendo ser definida de forma
509 simplificada por terceiros. Ressaltou-se que a discussão não se refere à imposição de
510 procedimentos, mas à análise de situações de extrema vulnerabilidade, considerando a
511 necessidade de garantir direitos, proteção e acesso adequado às políticas públicas.
512 Foram mencionadas situações envolvendo mulheres que apresentam dificuldades
513 relacionadas à tomada de decisão consciente ou que possuem condições de saúde que
514 podem interferir na compreensão de aspectos relacionados ao planejamento familiar e
515 à contracepção. Defende-se que essas mulheres precisam ter garantido o direito ao
516 cuidado adequado e acesso a políticas públicas de saúde. Foi lembrado que, no ano
517 passado, não havia legislação adequada sobre o tema, e que hoje há avanços legais
518 importantes. Também foi feita uma crítica histórica sobre a desigualdade de gênero em

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

procedimentos médicos, incluindo relatos de laqueadura realizadas sem o consentimento adequado das mulheres. Foi registrado agradecimento a presença de participantes e colaboradores, citou-se Eduardo Galeno para reforçar a ideia de que transformações sociais acontecem por meio de pequenas ações realizadas por muitas pessoas em diferentes lugares. Violência, rede de proteção e políticas públicas. Foi retomada a discussão sobre a redução de registros de violência e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas. Destaca-se a importância da articulação entre setores como assistência social, educação, saúde e segurança. O acolhimento não é suficiente sem articulação em rede; Há necessidade de capacitação constante; Campanhas publicitárias são fundamentais para a conscientização sobre a violência contra a mulher. **Atuação da secretaria e atendimentos** foi informado que, na semana anterior, a casa de acolhimento realizou o atendimento de 24 pessoas, número superior à sua capacidade média de acolhimento. Atualmente, o serviço atende Municípios da região da AMURES, com capacitações e fluxo de atendimento organizados. Foi relatado o atendimento a uma mulher do Município de Pádua e seu bebê de 10 meses, incluindo a articulação de convênio para viabilizar o acolhimento. Na sequência, foram apresentadas reflexões sobre o comportamento infantil no contexto da violência doméstica, com relatos de casos de crianças que reproduzem comportamentos violentos observados no ambiente familiar. Também foram mencionadas situações em que crianças assumem a responsabilidade de proteger suas mães e familiares ou reproduzem falas e atitudes de agressores. Ressaltou-se que a violência doméstica impacta diretamente o desenvolvimento emocional das crianças. Por fim, foi discutido que, em muitos casos, os agressores apresentam comportamento aparentemente cordial em ambientes institucionais, mas mantêm padrões de violência no âmbito doméstico. **Convite para visita ao Parque Natural** - Foi realizado convite para visita ao Parque Natural, destacando-se que há esforços em andamento para a capacitação de recursos e ampliação da casa de acolhimento, considerando o aumento da demanda existente. Apesar das limitações financeiras enfrentadas, foi reforçado que nenhum atendimento está sendo interrompido. O objetivo da visita é possibilitar o conhecimento do espaço, compreender suas potencialidades, avaliar possibilidades de replicação do uso em outras instituições e ampliar sua utilização educativa e social. Foi ressaltado que o parque é uma área de reserva natural e, por esse motivo, existem limitações quanto à realização de intervenções estruturais. Nem todas as áreas possuem acessibilidade, porém já existem espaços com acessibilidade inicial. Destacou-se a importância da presença de pessoas com deficiência durante a visita, contribuindo para a avaliação das condições de acessibilidade e para a identificação de possíveis melhorias que possam ser implementadas. **Comissões e Estudos Legislativos** - A comissão realizou estudo da legislação estadual, constatando que muitas normas foram revogadas e que a Lei nº 18.322/2022 concentra grande parte das disposições atualmente vigentes. Foi sugerida a continuidade do estudo na próxima reunião, com análise mais detalhada, artigo por artigo, a fim de aprofundar a compreensão da legislação.

Também foram incluídos outros temas para a **próxima pauta**, entre eles:

- projeto Adapta Cidades, relacionado às mudanças climáticas, com participação dos conselhos;
- discussão com recorte de gênero e participação das mulheres;
- definição da identidade visual do Conselho, tema que foi adiado para a próxima reunião.

Trabalhos das comissões Monitoramento - Foi informado que o monitoramento será remarcado, com possibilidade de ocorrer na sexta-feira da próxima semana. Também foi destacado que haverá ajustes de agenda em razão de outras reuniões e convites recebidos. **Participação do Conselho e fortalecimento da sociedade civil** - Foi reforçado que os conselheiros representam suas instituições e precisam levar os debates realizados nas reuniões para seus respectivos espaços de atuação. Foi

5



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM LAGES

LEI MUNICIPAL Nº 58/97 PROMULGADA EM MAIO DE 1997 LEI
COMPLEMENTAR Nº 426, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013

572 destacada a importância de que governo e sociedade civil mantenham diálogo
573 permanente, não apenas realizando cobranças, mas construindo soluções conjuntas.
574 Foi ressaltado que o Conselho deve ser um espaço de articulação, acompanhamento e
575 proposição de políticas públicas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião,
576 sendo a presente ata lavrada por mim, Mithielle Toigo, Secretária Executiva. Após lida
577 e aprovada, será assinada pelas conselheiras presentes

578

Vera Lúcia Vargas

579

Vera Lúcia Vargas

580

581

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM Lages

S. Mithielle Toigo



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM – LAGES

Ata 186

Dia: 12/06/2026 (sexta-feira)

Hora: Das 14h às 16h

Local: Uniplac (Gecal)

Mesa Diretora 2024 - 2027

Presidenta: Vera Lucia Vargas

Vice-presidenta: Suzana P. M. Duarte

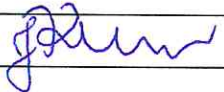
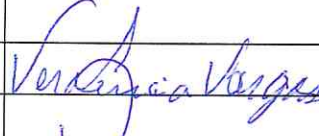
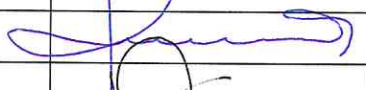
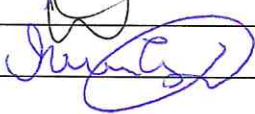
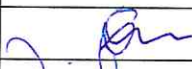
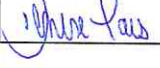
1ª. Secretária: Priscila de Moura Stein

Tesoureira: Mareli Eliane Graupe

ENTIDADE GOVERNAMENTAL	CONSELHEIRA	ASSINATURA
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	Mayane Mores Branco	
	Delvair Aparecida Valente	
Secretaria Municipal de Assistência Social	Bruna Helen dos Santos	Bruna Helen dos Santos
	Adriana Til	
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação	Priscila de Moura Stein	Priscila Stein
	Michelle Aparecida Freitas	
Secretaria Municipal de Educação	Ana Paula de Bona Sartor	
	Susi Couto Koche	
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Ana Carolina Vieira Demeneck	
	Karla de Fátima Rodrigues	
Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher e para o Idoso	Suzana P. M. Duarte	Suzana P. M. Duarte
	Marina Liz Pereira	
Secretaria Municipal de Saúde	Dayane Cristina Bordin	Dayane Bordin
	Mariana Ap. de O. M. Schulze	
SOCIEDADE CIVIL	CONSELHEIRA	ASSINATURA
Associação Serrana de Deficientes Físicos -ASDF	Juliana Antunes Correa	
	Vanilda Antunes Correa	
Clube Soroptimista de Lages	Marli Coscodai Souza	Marli Coscodai Souza
	Maria Beatriz Cordeiro Zago	



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM

Cooperativa Terras Altas	Josilaine Antunes Pereira	
	Suzane Faita	
Lar Vicentino	Mariana Barbosa Pereira	
	Zilda Terezinha Furlan Figueiredo	
Fundação Instituto Nereu Ramos	Vera Lucia Vargas	
	Rose Maria Ferreira	
Lar Menino Deus	Karen Voltolini Machado	
	Andreya Louise Costa	
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense	Mareli Eliane Graupe	
	Jaiane Branco	
OSC'S SUPLENTE	CONSELHEIRA	ASSINATURA
Lar Vicentino	Mariana Barbosa Pereira	
	Zilda Terezinha	
Fórum de Mulheres do Mercosul- FMM	Erli Aparecida Camargo	
	Denise Paes Pereira	
OUVINTES		
PREFEITURA	CARMEN ZANOITO	
NEAVIT	Andréia de Medeiros Costa	